



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DE PROTEÇÃO À EDUCAÇÃO

Av. Marechal Câmara, 370, 6º andar, Centro da Cidade do Rio de Janeiro

Telefone: 2550-7199 - Correio eletrônico cao.educacao@mprj.mp.br

ATA DA REUNIÃO DO MPRJ COM O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - APRESENTAÇÃO DO PROJETO MINISTÉRIO PÚBLICO PELA EDUCAÇÃO

DATA: 18/11/2013

LOCAL: Sala 01 do 2º Conjunto do Prédio das Procuradorias do Ministério Público do Rio de Janeiro

INÍCIO: 14:30

TÉRMINO: 17:30

TEMA DA REUNIÃO: Apresentação do Projeto Ministério Público pela Educação

CONVIDADOS: Dra. Maria Cristina Manella Cordeiro e Dr. Sérgio Pinel

COORDENAÇÃO: Bianca Mota de Moraes

PARTICIPANTES:

Daniele Medina Maia – Promotora de Justiça Substituta designada para a 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação da Capital;

Elayne Christina da Silva Rodrigues – Titular da Promotoria de Justiça De Tutela Coletiva de Proteção à Educação do Núcleo Duque de Caxias;

Érica Parreiras Horta Rocha David - Titular da 1ª Promotoria de Justiça de Seropédica;

Joana Fernandes Machado – Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Itaguaí – Designada: Assistente da Assessoria de Atribuição Originária em Matéria Cível;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Marcele Moreira Tavares Navega - Titular da Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação do Núcleo São Gonçalo;

Maria Cristina Manella Cordeiro - Procuradora do Ofício da Educação, Minorias e Cidadania da República do Rio de Janeiro;

Sérgio Pinel – Procurador da República

RESUMO DO DESENVOLVIMENTO DOS ASSUNTOS EM PAUTA

Dra. Bianca Mota iniciou a reunião dando as boas vindas à Dra. Maria Cristina Manella Cordeiro, Procuradora da República do Ofício da Educação, Minorias e Cidadania no Rio de Janeiro, convidada para a apresentação do projeto “Ministério Público pela Educação”, a quem agradece pela presença.

Informou que sempre houve um trabalho em conjunto entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro na área da educação e salientou a importância desta parceria. Ressalta que efetua constantes contatos com a Dra. Maria Cristina Manella Cordeiro, não só em atuação na 1ª Promotoria de Educação da Capital, onde realizam palestras em escolas para representantes de pais de alunos nos Conselhos Escolares, como também porque ambas coordenam grupos de trabalho com atuação nacional, respectivamente a Comissão Permanente de Educação - COPEDUC e o GT-Educação. Por oportuno, esclarece que desde 2011 o projeto que será hoje apresentado estava sendo elaborado em parceria com o antigo 4º Centro de Apoio Operacional. Salientou que o projeto traz uma ferramenta muito interessante para a execução do Plano Nacional de Atuação do Ministério Público na Defesa do Direito à Educação, recentemente encaminhado pela COPEDUC e aprovado pelo Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça-CNPG.

Foi, então, dada a palavra a Dra. Maria Cristina Manella Cordeiro, que esclareceu que o projeto “Ministério Público pela Educação” foi pensado a partir de uma percepção interna de que a atuação do MPF estava defasada em relação à educação básica, tendo sido o modelo inspirado no projeto realizado pelo Ministério Público no Estado da Bahia. O objetivo do trabalho é o de melhorar a educação básica e fomentar a parceria entre os órgãos envolvidos e ele levou quase dois anos para alcançar o formato no qual atualmente se



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

encontra, estando em curso projetos-piloto em vários estados do Brasil. O lançamento nacional ocorrerá em Brasília com a presença do Procurador- Geral da República, no primeiro semestre de 2014. Dra. Maria Cristina distribuiu aos presentes folhetos do projeto com detalhes quanto aos objetivos, fases e o material do projeto, além de conter um resumo da atuação conjunta do MPF/MPE. Orientou que todo o material está disponível na internet no endereço eletrônico: mpeduc.mpf.mp.br

Iniciou-se a apresentação em *power point*, e foi visto também o sítio eletrônico: mpeduc.mpf.mp.br

A Procuradora então destacou e resumiu alguns pontos do folheto distribuído:

- Item 5 dos objetivos, foi frisada a importância de realização de duas audiências públicas, nos municípios menores: uma para o lançamento do projeto no município, com a instauração do IC “mãe” e a outra com a definição das prioridades em conjunto com os gestores e a população. Isso porque em regra a população é muito carente, não há conhecimento sobre como funciona o sistema. O objetivo do MPF/MPE, como já dito anteriormente, é a visão de parceria, de trabalhar em conjunto. Em muitos municípios os gestores ficam bastante satisfeitos com esse trabalho porque também se sentem mais seguros para atuar com prioridades definidas pela própria população.
- 4ª fase: diz respeito ao preenchimento dos questionários, onde são informados todos os dados relevantes das unidades escolares existentes no município. Tais questionários têm seu modelo disponível na página da *web*: mpeduc.mpf.mp.br
- 8ª fase: aborda a visitação das escolas. No Rio de Janeiro, por ser um município muito grande e que contém mais de 2.000 escolas, o trabalho precisará ser diferenciado, não é viável visitar todas as escolas e muitas vezes as audiências públicas não são produtivas. Quando se trata de um município pequeno é importante que se façam visitas, preferencialmente a todas as escolas para que o acompanhamento e a fiscalização sejam permanentes, até porque não existem órgãos Ministeriais com atuação exclusiva na educação como acontece na capital, os quais costumam receber denúncias frequentes da população. É importante também que no dia da audiência pública os promotores e procuradores visitem



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

algumas escolas, pois estas se sentem prestigiadas e os resultados muitas vezes acontecem pela simples presença destes às unidades escolares.

- 9ª fase: o sistema faz a consolidação dos dados do questionário. São eles: aspectos estruturais, aspectos pedagógicos, inclusão, alimentação escolar, transporte escolar, programas de governo, CACS/FUNDEB e CAE.
- Informou também que para cada problema que se mostre crônico no município o sistema apresenta uma sugestão de providência a adotar (portaria de instauração de IC, recomendação, etc).

Dra. Maria Cristina passou a palavra ao Dr. Sérgio Pinel, Procurador da República que a acompanhou na reunião, o qual deu continuidade à exposição.

Foram por ele frisados os seguintes pontos:

- a atuação do MPF antes do projeto não era uniforme;
- um dos objetivos do programa é conferir um tratamento uniforme pelo MP no Brasil inteiro em relação à educação, principalmente na abordagem de problemas estruturais;
- é importante divulgar o programa nos MPEs e no MPF, pois este também visa dar conhecimento à existência de diversos programas do governo federal por meio dos quais estados e municípios recebem altos aportes de verba pública;

O Procurador salientou ainda que o projeto oferece soluções para problemas de diversas ordens, porém o Promotor e o Procurador da República precisarão definir juntos quais serão as prioridades institucionais em cada município.

No tocante aos questionários, informou que os dados respondidos poderão ser vistos consolidados por município, o que se torna muito importante para a busca da solução para os problemas detectados.

Quanto ao material utilizado no projeto, como os cartazes para serem afixados nas escolas, nos conselhos tutelares e em outros locais para a divulgação ao comparecimento às audiências públicas, assim como as camisetas para quem vai realizar as visitas nas escolas, se encontram prontos e disponíveis, bastando solicitar através do endereço eletrônico: mpeduc.mpf.mp.br

O Dr. Sérgio Pinel indaga sobre a possibilidade de abrir um banco de voluntários de colegas e servidores atuantes em outras áreas para auxiliar nas atividades do



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

projeto. Destacou que tem havido um retorno bem estimulante nos outros estados quanto a este ponto.

A Dra. Bianca ressalta que os colegas são bastante empenhados, mas o volume diário de trabalho do MPRJ muitas vezes dificulta e até mesmo inviabiliza que se envolvam em atividades de áreas diversas daquelas nas quais atuam em seus órgãos de execução.

Após finalizada a apresentação pelos membros do MPF, foram formulados comentários e perguntas pelos membros participantes, tendo todos demonstrado grande interesse em implementar o projeto.

A Dra. Érica Parreiras Horta Rocha David, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Seropédica, município em que foi implementado o projeto em caráter experimental, agradeceu aos membros do MPF e salientou que os problemas nas unidades escolares de Seropédica são estruturais, sendo certo que a parceria com o MPF tem sido bastante proveitosa.

A Dra. Bianca destacou que acredita que a qualidade na educação depende diretamente do nível de participação e de envolvimento da população com a escola, que precisa vivenciar a experiência da gestão democrática e do fortalecimento dos conselhos escolares. Lembrou também que quando a sociedade percebe que o MPF e o MPE estão atuando em conjunto em uma causa há um grande estímulo ao exercício da cidadania e um círculo muito produtivo se estabelece.

AÇÕES PROPOSITIVAS

Os Procuradores da República se comprometeram a enviar aos presentes a senha de acesso à área restrita do *site*.

A Dra. Bianca colocou o CAO Educação à disposição do MPF para a implementação e a divulgação do projeto, bem como para a busca da mobilização no sentido da formação de um banco de voluntários para auxiliar no projeto, na forma sugerida pelo Dr. Sérgio.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

As demais Promotoras de Justiça se comprometeram a agendar encontros com o MPF para melhor ajustar o início do projeto, cada uma em sua região de atuação.

A Coordenadora do CAO Educação registrou os agradecimentos à Dra. Maria Cristina Manella Cordeiro, ao Dr. Sérgio Pinel e às Promotoras do MPRJ que se fizeram presentes.

Nada mais havendo, foi encerrada a reunião às 17:30h.